

## Discurso na cerimónia de entrega do Prémio de História Contemporânea – 1997 Cláudia Castelo

Antes de apresentar uma breve intervenção sobre a génese e o conteúdo do meu trabalho, gostaria de prestar homenagem ao Professor Doutor Victor Sá, que promoveu a criação do Prémio de História Contemporânea para Jovens Investigadores; agradecer ao Ex.mo Sr. Vice-Reitor da Universidade do Minho, ao Ex.mo Sr. Presidente do Conselho Cultural da mesma Universidade, ao Professor Doutor Hélio Alves e aos restantes membros da Comissão Executiva do Prémio, aos elementos do júri – Professores Doutores Eiras Capela, Rui Cascão e Sérgio Campos Matos –, e a todos os presentes nesta sessão; e, finalmente, manifestar a minha alegria pelo facto do meu trabalho ter sido distinguido. Este prémio constitui para mim um incentivo para que eu continue a dedicar-me à investigação em história contemporânea, continue a aprender, a aumentar e a problematizar alguns conhecimentos já adquiridos. Entendo-o, sobretudo, como um estímulo em início de jornada.

O trabalho que submeti a concurso é a minha dissertação de mestrado em História dos Séculos XIX e XX (secção do século XX), apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sob orientação do Professor Doutor Valentim Alexandre, do Instituto de

Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Aborda a recepção em Portugal do luso-tropicalismo, doutrina elaborada pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987), e a sua influência na ideologia colonial portuguesa, entre 1933 e 1961.

Os limites cronológicos escolhidos relacionam-se com o percurso de estruturação do luso-tropicalismo: a primeira corresponde ao ano de publicação de *Casa-Grande & Senzala*, obra em que são lançados os fundamentos da doutrina luso-tropicalista; a última, ao ano de publicação de *O Luso e o Trópico*, livro em que a doutrina surge no seu estado 'acabado'. Curiosamente, no panorama político português, 1933 é o ano da entrada em vigor da Constituição do Estado Novo, que, no seu artigo 132.º, considera as disposições do Acto Colonial matéria constitucional; e 1961 é o ano do início da guerra colonial em Angola, da abolição do Estatuto dos Indígenas e da perda da Índia "portuguesa".

O "modo português de estar no mundo" inscrito no título do trabalho, é um conceito introduzido no discurso académico nacional, nos anos 50, por Adriano Moreira, mas que rapidamente se operacionaliza e reproduz no



discurso do Estado Novo. Pressupõe que o povo português tem uma maneira particular, específica, de se relacionar com os outros povos, culturas e espaços físicos, maneira que o distingue e individualiza no conjunto da humanidade. Essa "maneira" é geralmente qualificada com adjetivos que implicam uma valoração positiva: diz-se que a "maneira portuguesa de estar no mundo" é "tolerante", "plástica", "humana", "fraterna", "cristã".

Aquele conceito aparece várias vezes ao longo do texto e remete-nos para uma representação do *eu* português tributária da doutrina de Gilberto Freyre, mas que de certa forma ainda perdura no actual discurso político e cultural. A escolha do tema prende-se com a necessidade de arranjar hipóteses explicativas para a persistência, mais de vinte anos após a independência das antigas colónias, de um discurso que acentua a 'imunidade' dos portugueses ao racismo, a sua predisposição para o convívio com outros povos e culturas e a sua "vocalização universalista".

O objectivo do trabalho era analisar como evoluiu a recepção portuguesa à doutrina gilbertiana e perceber como é que o luso-tropicalismo foi reproduzido e recriado em Portugal. Procurámos surpreender uma articulação entre os tempos e os modos da recepção à tese de Freyre e as transformações operadas na política e ideologia coloniais do Estado Novo.

O primeiro capítulo é dedicado à génese e à estruturação do luso-tropicalismo. Depois de traçar o percurso intelectual do autor, quisemos fazer uma espécie de 'arqueologia' do luso-tropicalismo no âmbito da obra de Gilberto Freyre. Começámos por procurar, nos seus primeiros livros, ideias e temas que remetessem de alguma maneira para a doutrina explicitada nos anos 50 e 60. Dessa primeira incursão na bibliografia do autor resultou o apuramento de duas obras 'fundadoras': *Casa-Grande & Senzala* (1933) e *O Mundo que o Português Criou* (1940). Sem empregar o termo nem definir o conceito, Freyre lança, logo em 1933, os fundamentos do luso-tropicalismo. A partir daí, vai desenvolvendo a teoria, juntando-lhe elementos, alargando o seu horizonte, direccionando-a..., mas ainda sem a nomear. É um tempo de amadurecimento da ideia. Somente nas conferências "Uma cultura moderna: a luso-tropical" e "Em torno de um novo conceito de tropicalismo", reunidas no livro *Um Brasileiro em Terras Portuguesas* (1953), e nas obras *Integração Portuguesa*

*nos Trópicos* (1958) e *O Luso e o Trópico* (1961), o luso-tropicalismo surgirá na sua formulação 'definitiva'.

Com vista à posterior contextualização da recepção do luso-tropicalismo em Portugal, o segundo capítulo apresenta uma visão de conjunto da política colonial do Estado Novo. São passados em revista os principais momentos legislativos que traduziram a evolução daquela política, numa perspectiva atenta tanto à continuidade como à mudança. Procede-se ao tratamento dos debates realizados na Assembleia Nacional e dos pareceres da Câmara Corporativa, revelando as várias correntes de opinião em confronto dentro do próprio regime sobre as linhas de rumo do projecto colonial português. Paralelamente, faz-se referência à evolução da política internacional.

No terceiro capítulo estuda-se a recepção do luso-tropicalismo propriamente dito, numa perspectiva diacrónica e sincrónica. Distinguem-se dois momentos: o da recepção inicial da doutrina de Freyre (nos anos 30-40) e o da apropriação (recriação) do luso-tropicalismo pelo Estado Novo (no pós-2.<sup>a</sup> Guerra Mundial). No interior de cada um deles, colocam-se em confronto diferentes leituras, oriundas do campo cultural (José Osório de Oliveira, Carlos Malheiro Dias, António Sérgio, Manuel Múrias, Vitorino Nemésio, Maria Archer, João de Barros), do campo político (Vicente Ferreira, Norton de Matos, Armindo Monteiro, Oliveira Salazar, Franco Nogueira) e do campo académico (Adriano Moreira, Jorge Dias, Orlando Ribeiro, Almerindo Lessa). Com vista a surpreender a recepção da doutrina do sociólogo brasileiro na imprensa portuguesa, consultámos um conjunto heterogéneo de revistas culturais e de suplementos literários de jornais. A pesquisa realizada no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e no Arquivo Oliveira Salazar foi, sobretudo, decisiva para compreender a postura do regime face ao luso-tropicalismo no pós-2.<sup>a</sup> Guerra Mundial.

O quarto capítulo relaciona diversos discursos sobre "o modo português de estar no mundo", comparando-os entre si e com as ideias centrais do luso-tropicalismo: a mestiçagem, a interpenetração de culturas e a vocação ecuménica. Parte-se de um *corpus* diversificado de autores, oriundos de diferentes áreas do saber – a antropologia, a ciência política, a história, a geografia – e com posicionamentos políticos distintos.

A recepção em Portugal das primeiras obras de Gilberto Freyre é muito heterogénea. No campo cultural português, *Casa-Grande & Senzala* e as *Conferências na Europa* são em geral bem recebidas, entre os intelectuais ligados às questões coloniais e/ou ao intercâmbio luso-brasileiro. Sauda-se a metodologia e a temática, a erudição e o estilo literário, a análise histórica e a exortação para o futuro. Note-se, porém, que uma recepção favorável não implica leituras coincidentes. Os intelectuais de direita (Osório de Oliveira e Manuel Múrias) procedem a uma interpretação nacionalista da teoria gilbertiana, o que quase equivale a reduzir-na à exaltação da especificidade da colonização portuguesa. Os intelectuais de esquerda são geralmente mais críticos pois confrontam a doutrina com a realidade histórica (António Sérgio) e com a prática política nas colónias africanas (Maria Archer).

No campo político, a obra de Freyre passa quase despercebida e a única referência directa é extremamente desfavorável. Como tentamos demonstrar, nos anos 30-40, o projecto de "ressurgimento imperial" e de afirmação do "velho e indomável espírito da raça", a impor a populações selvagens, não se coaduna com a visão culturalista de Gilberto Freyre.

No pós-2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, criam-se condições para a mudança de atitude do regime em relação às ideias de Freyre. Nesse contexto, tem lugar a visita do sociólogo brasileiro a Portugal e às colónias portuguesas, a convite do ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues. Perante o avanço do movimento anticolonialista e as pressões da ONU, o regime salazarista, no quadro da sua política externa, aproveita o luso-tropicalismo (e o prestígio internacional de Gilberto Freyre), para legitimar a presença portuguesa em África.

Pensamos ter mostrado que o luso-tropicalismo (com todas as suas implicações) nunca foi integrado no discurso oficial do Estado Novo (de consumo estritamente interno). Este nunca deixou de ser profundamente nacionalista, limitando-se a veicular uma versão simplificada e manipulada da tese gilbertiana. As principais ideias de Freyre sobre o povo português (ausência de sentimentos racistas; capacidade de empatia relativamente aos outros povos; profunda fraternidade cristã) são apropriados, nos anos 50-60, pelo discurso oficial. Mas o luso-tropicalismo não é só isso. Os seus aspectos "desnacionalizadores" são propositadamente esquecidos. A saber:

- a valorização da mestiçagem e dos diferentes contributos culturais (africanos, ameríndios, orientais, etc.) para a civilização comum, luso-tropical;
- a noção de que a unidade de sentimento e de cultura entre Portugal, o Brasil, a África e a Índia “portuguesas” se sobrepunha às questões de soberania nacional;
- e que a comunidade luso-tropical podia ser uma entidade transnacional, uma federação cultural com lugar para mais de dois Estados.

Contra os interesses do Estado Novo e do colonialismo português, Freyre defende que, no mundo que o português criou, as afinidades afectivas e culturais ultrapassavam as fronteiras políticas.

Conclui-se que o luso-tropicalismo, teoria estabelecida com base em pressupostos históricos e numa imagem essencialista da personalidade do povo português, foi divulgado no campo cultural desde meados dos anos 30, manipulado pelo campo político e reproduzido no campo académico, na conjuntura do pós-2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, e ajudou a perpetuar uma visão mítica da identidade cultural portuguesa. O trabalho fornece pistas para se compreender porque é que as ideias de Gilberto Freyre ainda ecoam no actual discurso político e cultural. Libertas da componente colonialista que o Estado Novo lhes imprimiu, servem agora para ajudar a justificar a criação formal de uma comunidade lusófona com propósitos culturais, económicos e de cooperação em matéria de política externa.

Muito obrigada a todos.